

Não Repetir Erros Velhos!

Márcio G. P. Garcia¹

12 de abril, 2019

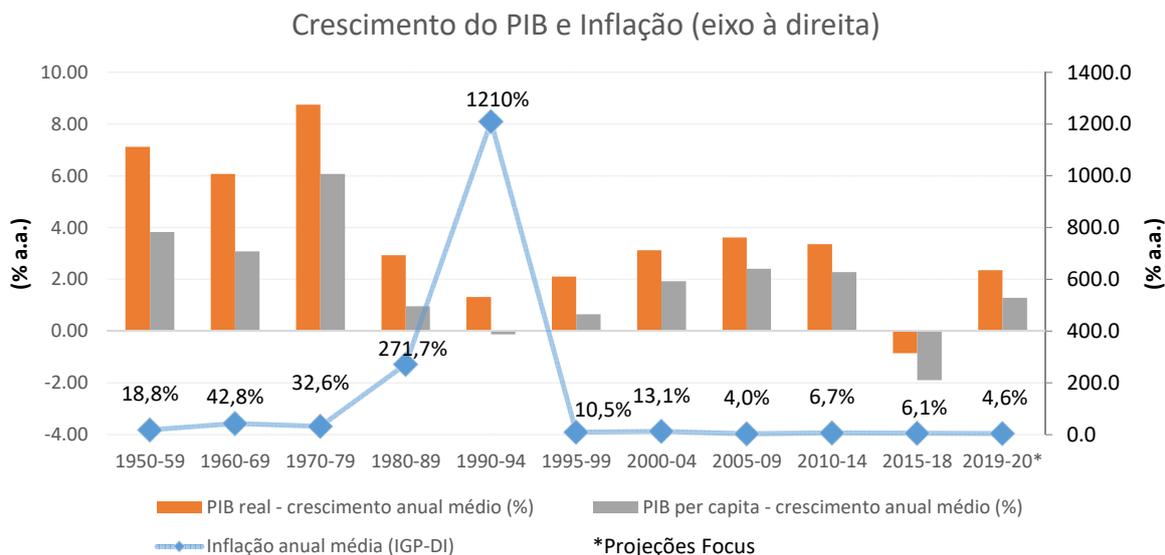
Sugestão de olho: Ideias velhas e ruins voltam, como zumbis, a ameaçar nossa economia.

Por que insistir em erros velhos se há tantos erros novos a cometer? (Why repeat the old errors, if there are so many new errors to commit?)

[Bertrand Russell](#)

O Plano Real derrubou a inflação. Mas, ao contrário do que se esperava, não trouxe o crescimento econômico. No gráfico constam as médias de crescimento do PIB real e do PIB real per capita (escala à esquerda), bem como da inflação (IGP-DI, escala à direita). Até a década de 80, reportam-se médias decenais. A partir da década de 90, são médias quinquenais. Para o período 2019-2020, usam-se as previsões do relatório Focus, do Banco Central. O gráfico bem demonstra a frustração com o pífio crescimento dos últimos anos, apesar do sucesso no front da inflação.

Não há nada de errado com o desejo de melhorar sempre, o que é bom. O que é lamentável é esquecer lições duramente aprendidas, e pôr em risco o que já foi conquistado. Infelizmente, o crescimento econômico lento tem-se mostrado fértil caldo de cultura para ideias velhas e ruins que já nos arruinaram, mas que ressurgem como se novidades fossem.



¹ Ph.D. por Stanford, Professor Titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, Cátedra Vinci, escreve mensalmente neste espaço (www.economia.puc-rio.br/mgarcia).

Veja-se, por exemplo, o artigo “Um ajuste estrutural para sair da semiestagnação”, publicado no *Valor Econômico* de segunda-feira, 8/4. Nele, o autor volta a propor o batido binômio “juro baixo e câmbio alto”, ainda que a taxa Selic esteja em vale histórico e a taxa de câmbio razoavelmente depreciada. Incrivelmente, a única menção à política fiscal é na pergunta retórica: “*De que adiantou o equilíbrio fiscal entre 1999 e 2013?*”. O autor parece não perceber que sem equilíbrio fiscal, a volta da inflação alta será inexorável. Tampouco leva em conta que a política fiscal intencionalmente austera desapareceu de cena a partir de 2006. Quanto à necessidade da reforma da previdência, não há sequer menção!

Uma das medidas sugeridas pelo autor é “(...) *depreciar uma única vez e depois manter a taxa de juros flutuando em torno do equilíbrio competitivo.*” Isso implicaria o abandono do sistema de metas para inflação, pois não é possível controlar simultaneamente câmbio e juros, a menos que se volte a controlar movimentos de capitais. Ou seja, um retrocesso a políticas já tentadas no passado que redundaram em retumbante fracasso.

Há uma ampla e conhecida agenda de requisitos microeconômicos e estruturais necessários para a viabilização de um crescimento mais acelerado do PIB. Aumento da competição em diversos mercados, abertura comercial, estímulos à inovação, simplificação tributária, melhoria da infraestrutura e do acesso ao crédito e educação mais eficiente são alguns deles.

Mas a agenda microeconômica não terá chance de prosperar sem a preservação da estabilidade macroeconômica. Que depende crucialmente da manutenção do equilíbrio fiscal. E o equilíbrio fiscal, no quadro atual, não pode prescindir de robusta reforma da Previdência, bem como de amargas medidas subsequentes de contenção do crescimento dos gastos públicos. Achar que se pode jogar o equilíbrio fiscal pela janela para abraçar uma doce política de juro (ainda mais) baixo e câmbio depreciado na esperança de acelerar o crescimento não faz o menor sentido. Como no passado, o resultado dessa política seria crescimento ainda mais baixo e inflação mais alta.

Não repetir velhos erros é condição fundamental para retomar o crescimento.